

APRESENTAÇÃO E COMENTÁRIOS

Não constitui novidade a discussão sobre duas questões de grande relevância e pertinência para a definição do campo de atuação do antropólogo no Brasil, sendo estas a formação, particularmente no nível de graduação (bacharelado), e a profissionalização, representada pela regulamentação da atuação profissional. No segundo caso, é importante frisar que a ABA frequentemente se depara com solicitações de associados e não-associados para que lhes municiem com informações sobre o exercício profissional, já que lhes é exigido registro do qual não dispõem por não ser a profissão de antropólogo regulamentada, causando, assim, frequentes questionamentos quando se trata de estabelecer responsabilidade técnica que exige um registro num órgão profissional.

Entre outras tarefas que nos foram repassadas pelas diretorias anteriores para dar continuidade, por representarem o nosso mais alto interesse como antropólogos atuantes em vários campos e nas políticas acadêmicas e profissionais, recebemos da gestão 2006-2008 a incumbência de prosseguir com estas discussões e intensificá-las, uma vez que os acontecimentos naquele momento já se encontravam mais adiantados do que nossas discussões a respeito destes, particularmente no tocante à formação de antropólogos no nível de graduação como bacharéis, implantadas, em implantação ou em discussão através de propostas estimuladas pelo REUNI, que veio a ampliar

cursos e vagas em Instituições Federais de Ensino, com ganhos palpáveis e bastante positivos para a ampliação da formação científica e profissional no Brasil.

Seguindo as sugestões que nos foram encaminhadas pelos participantes do GT Ofício do Antropólogo(a)¹, que discutia a profissionalização, uma das primeiras providências que tomamos foi de unificar esta discussão; formação e profissionalização, no âmbito da Comissão de Ensino², que passou a ser denominada Comissão de Ensino e Ofício do Antropólogo e teve como coordenadora e vice, respectivamente, Simoni Lahud Guedes e Léa Freitas Peres. Esta última que deixou de ser coordenar a Comissão por vontade própria, em vista de projetos acadêmicos que lhe fariam ausentar-se do país pelo período de um ano.

Objetivando dar continuidade àquelas discussões tão relevantes para a formação e profissionalização de antropólogos e sua atuação, foram realizados dois fóruns em que se discutiu estas questões. O primeiro no âmbito da II Reunião Equatorial de Antropologia, que ocorreu em Natal, RN, em agosto de 2009 e o segundo por ocasião da 27ª Reunião Brasileira de Antropologia, que ocorreu em Belém, PA, em agosto de 2010.

Do segundo foram recuperados depoimentos que compreendem a primeira parte desta coletânea, que resultam do esforço da Comissão de Ensino e Ofício do Antropólogo, que organizou durante a 27ª RBA, dois Fóruns Especiais. Nestas duas sessões plenas de conversa e debate foram abordados alguns dos dilemas atuais envolvidos no campo da antropologia brasileira, como as recém-criadas graduações em antropologia e questões referentes ao trabalho do profissional junto a instituições variadas, como a FUNAI, Ministério Público, ONGs, dentre outras.

1. Compuseram o GT, sob a coordenação de **Henyo Trindade Barretto Filho** (IEB), **Everardo Rocha** (PUC-RJ), **Marco Paulo Fróes Schettino** (MPF), **Mírian Regini Nuti** (EPE), **Roberto Alves de Almeida** (INCRA). O relatório encaminhado à Diretoria da ABA biênio 2008-2010.

2. Da mesma forma, a Comissão de Ensino que foi coordenada pela Professora Léa Perez no período 2006-2008 encaminhou extenso relatório com suas realizações, que foram muito importantes para o encaminhamento das discussões no período da gestão 2008-2010.

A partir dos anos 90, a questão do ensino da antropologia no Brasil atravessou diferentes momentos que se superpuseram. Inicialmente as iniciativas da ABA trataram dos desafios da expansão do ensino de antropologia no nível da graduação e pós-graduação. A questão da graduação em antropologia foi abordada, embora não tenha adquirido maior relevância. Um segundo momento das discussões foi marcado pela problematização da pós-graduação como identificador profissional. Como melhor preparar esse estudante? Concentrando a formação no nível da pós-graduação ou investir os esforços numa reavaliação do lugar da formação antropológica no âmbito das ciências sociais, partindo para a criação de graduações em antropologia?

Se em momentos anteriores a questão da graduação em antropologia carecia de mobilização e discussões sistemáticas, o momento atual exige novas redefinições, à medida que alguns cursos de graduação em antropologia em IFES já estão em funcionamento no país, um destes devendo ter seu primeiro grupo de egressos em 2010. Embora as outras questões não tenham se esgotado, os desafios em torno do perfil de profissional que emerge da graduação em antropologia é uma questão premente.

Considerando que a graduação em antropologia é uma realidade no país, o objetivo do primeiro Fórum Especial foi o de estimular uma discussão sobre essa formação, considerando a diversidade geográfica e de áreas de especialização do corpo docente na antropologia brasileira. Esse Fórum intitulou-se “Graduação em Antropologia no Brasil: experiências e perspectivas”³ e contou com a participação de antropólogos de diferentes universidades brasileiras, que apresentaram relatos sobre o processo de implementação dos cursos de graduação em antropologia atualmente em curso. José Maria Trajano, com a experiência da Universidade Federal do Amazonas (Campus Benjamim Constant), Silvana Nascimento, falando sobre a Universidade Federal da Paraíba (Campus Rio Tinto), Rogério Rosa, sobre a Universidade Federal de Pelotas e Eduardo Viana Var-

3. Agradecemos especialmente ao estudante José S. Lima Newton (graduando em Ciências Sociais – UFPA) que produziu um relatório sobre os Fóruns organizados pela Comissão de Ensino e Ofício naquela RBA. Sua contribuição foi fundamental para a recuperação da memória desses eventos.

gas, com a Universidade Federal de Minas Gerais. Também foram abordadas questões sobre os cursos de graduação em ciências sociais no depoimento de Christina Rubim (UNESP) e análises comparativas sobre o perfil dos projetos de graduação em antropologia, objeto da apresentação de Fátima Tavares (UFBA), que veio a aprofundar a discussão no texto incluído na coletânea.

Nesse primeiro dia, assistiram ao Fórum cerca de 55 pessoas. Durante o debate, nas perguntas dos discentes pudemos constatar o forte interesse pelo ensino da graduação em antropologia: os desafios da criação de cursos de antropologia e seus processos burocráticos, os perfis que emergem dos projetos pedagógicos e as novas demandas de estudo da antropologia.

O segundo Fórum intitulou-se “O campo de atuação dos antropólogos no Brasil” e foi ainda mais concorrido que o primeiro, contando com a presença de 85 participantes. O objetivo da Comissão de Ensino e Ofício do Antropólogo neste Fórum foi de discutir o campo de atuação dos antropólogos no Brasil, considerando os diferentes níveis de formação e suas distintas inserções profissionais. A antropologia brasileira vem, há décadas, posicionando-se significativamente na cena política brasileira. Pretendíamos, assim, discutir os desafios destas diferentes inserções (ONGs, instituições governamentais, empresas etc) e suas relações com o trabalho acadêmico, além de refletir sobre o ensino de antropologia para não-antropólogos. Finalmente, buscávamos, ainda, abordar a oportunidade e a conveniência da regulamentação da profissão, considerando, inclusive, o impacto da recente criação de cursos de graduação em antropologia no Brasil.

Como debatedores, a mesa foi composta por um leque de antropólogos com inserções bastante diversas no campo profissional. Inicialmente falaram os antropólogos do INCRA José Flávio de Souza, Roberto de Almeida e Guilherme Mansur. Nesses relatos foram abordadas questões como o trabalho de atuação do INCRA no contexto antropológico sobre os quilombolas; a atuação dos antropólogos no INCRA e o estudo para a intervenção fundiária; o papel do INCRA na mediação de conflitos e resolução de problemas no âmbito da terra; o objetivo de análise da construção territorial pelo antropólogo. Especial destaque teve a questão do relatório antropológico ou “laudo”: o

diálogo interdisciplinar e intersetorial; as lutas pela “invalidação” junto a segmentos interessados; a desmistificação da carência de antropólogos e a questão do tempo de pesquisa necessário a sua realização.

Seguindo a exposição, Izabel Gobbi, da FUNAI, abordou questões sobre a identidade do antropólogo no âmbito da instituição, a atuação da FUNAI no ensino da antropologia em turmas do magistério. Já Henyo Barreto, antropólogo atuando em uma ONG, destacou o trabalho de desenvolvimento em temas antropológicos com povos indígenas; o quadro de trabalho do antropólogo diante de uma política dominante e sua interferência no trabalho antropológico nos órgãos públicos. A última debatedora foi Fernanda Paranhos, antropóloga do Ministério Público Federal, que enfatizou a importância do diálogo entre a questão antropológica a jurisprudência do Estado brasileiro.

Além de algumas contribuições dos Fóruns aqui reunidas, temos ainda outros trabalhos que foram solicitados a Ondina Fachel Leal, uma das participantes programadas para apresentação que teve de se ausentar e posteriormente enviou seu texto. A reflexão de Cintia Beatriz Miller que não participou das discussões no Fórum veio enriquecer a discussão sobre a participação de antropólogos em organizações não-governamentais, que, no momento é um dos lócus de grande importância para a atuação profissional de antropólogos. Em ambos os casos, a experiência profissional relatada se dá em áreas cuja demanda atual por antropólogos qualificados constitui um desafio para a formação

O registro destes documentos em um livro eletrônico e acessível a associados e não associados da ABA tem como objetivo incrementar o debate em torno das questões que nos parecem de grande relevância neste momento, ou seja, a formação em graduação, a continuidade nos cursos de pós-graduação e o mundo do trabalho do profissional em Antropologia. Antes de pretenderem ser textos acabados, estes são textos para discussão e chamada de atenção para a importância do momento em que se iniciam os cursos de graduação em Antropologia no país, visando a fomentar a formação de um profissional melhor habilitado a lidar com questões antropológicas, outrora imersas e pouco compreendidas em vista de uma formação teórica e metodológica excessivamente influenciada pelo pensamento sociológico no âmbito

dos cursos de Ciências Sociais, em muitos dos existentes, sequer dispondo de habilitações ou concentrações que contemplem a formação mais cuidadosa de antropólogos.

Ao tempo em que esta coletânea era organizada, a ABA foi chamada a participar de Encontros de Trabalhadores da Assistência Social em que veio discutir o papel e participação dos antropólogos no Sistema Unificado de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Pensamos ser útil incluir o texto que resultou da participação e relatos de Lia Zanota Machado, Cintia Beatriz Muller e Carlos Caroso, em quatro reuniões preparatórias para o Encontro Nacional dos Trabalhadores da Assistência Social, que deverá ocorrer em Brasília nos dias 30 e 31 de março do ano de 2011.

Carlos Caroso